



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

Ata nº 009/2018 – 02 de agosto de 2018

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE
JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Ao segundo dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às 09 horas, na Sala de Reuniões do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, situada à Rua 04 s/nº, Centro Político Administrativo, reuniu-se o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, sob presidência do Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo Doutor Hélio Fredolino Faust e com registro de presença dos(as) Procuradores(as) de Justiça Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior, Leonir Colombo, Luiz Eduardo Martins Jacob, Benedito Xavier de Souza Corbelino, João Batista de Almeida, Mauro Viveiros, Dalva Maria de Jesus Almeida, Siger Tutiya, Paulo Ferreira Rocha, Mara Lúcia Pires de Almeida Barreto, Eunice Helena Rodrigues de Barros, Kátia Maria Aguilera Rísoli, José Zuqueti, Edmilson da Costa Pereira, Naume Denise Nunes Rocha Müller, Élio Américo, Gill Rosa Fechtner, Silvana Correa Vianna, José de Medeiros, João Augusto Veras Gadelha, Julieta do Nascimento Souza, Jorge da Costa Lana, José Norberto de Medeiros Júnior e, Marcelo Ferra de Carvalho. Presente, também, o Presidente da Associação Mato-grossense do Ministério Público - Promotor de Justiça Dr. Roberto Aparecido Turim. Ausências e justificativas: Dr(a) Mauro Benedito Pouso Curvo (compromisso funcional – Congresso MP), Luiz Alberto Esteves Scaloppe (férias – GEDOC 002772-001/2017), Mauro Delfino César (licença médica), José Basílio Gonçalves (sessão - Tribunal de Justiça), Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres Campos (sessão - Tribunal de Justiça), Paulo Roberto Jorge do Prado (férias – GEDOC 000571-001/2018), Astúrio Ferreira da Silva Filho (licença prêmio – GEDOC 003679-001/2016), Valéria Perassoli Bertholdi (Encontro de Ouvidores), Domingos Sávio de Barros Arruda (férias – GEDOC 004925-001/2017), Flávio Cezar Fachone (compromisso funcional - CNCMP). Conferido o *quorum*, declarou aberta a reunião e, na ausência do Procurador de Justiça Domingos Sávio de Barros Arruda, convidou para secretariar a reunião, o Procurador de Justiça Edmilson da Costa Pereira, nomeando-o *ad hoc*. Na ordem da pauta, comunicou o adiamento do ITEM I – GEDOC nº



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

005521-001/2016 - Recurso Administrativo - Recorrente: Tcharles Jordan Correa Bender. - Advogados: Dr. Édilo Tenório Braga e Dra. Elisangela Marcari. OAB/MT 14.070 e OAB/MT 10.297 (Procuração fl. 156). - Recorrido: Colégio de Procuradores de Justiça - Relatora: Procuradora de Justiça Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres Campos, informando que a Relatora assim o solicitou, justificadamente, em razão de alteração de horário de sessão no Tribunal de Justiça, o que foi acolhido, sendo parte recorrente e seus representantes, devidamente comunicados. Na sequência, anunciou o item remanescente de pauta GEDOC nº 000010-099/2018 (Item II) – proposta de alteração do art. 8º e seu Parágrafo Único, da Resolução nº 132/2017 CPJ que estabelece critérios para definir a titularidade das Procuradorias de Justiça do Estado de Mato Grosso, fixa suas atribuições e dá outras providências. Proponente/relatora: Corregedora-Geral Adjunta – Procuradora de Justiça Dra. Mara Lígia Pires de Almeida Barreto, com pedido de vista pelo Procurador de Justiça José de Medeiros. A proponente informou a retirada da proposta de pauta, passando a mesma a integrar o conteúdo do próximo item. **ITEM II – GEDOC nº 000009-001/2018** - proposta de alteração do art. 8º e seu Parágrafo Único, da Resolução nº 132/2017 CPJ que estabelece critérios para definir a titularidade das Procuradorias de Justiça do Estado de Mato Grosso, fixa suas atribuições e dá outras providências. Proponente/relatora: Corregedora-Geral Adjunta – Procuradora de Justiça Dra. Mara Lígia Pires de Almeida Barreto. Apresentados e discutidos os fundamentos da proposição e com adendo sugerido pelo Procurador de Justiça Marcelo Ferra de Carvalho, por maioria de votos, foi aprovada a proposta, nos seguintes termos: “ *Art. 8º — A distribuição de feitos ao Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça convocado, com férias deferidas ou licença médica programada, cessa em: - 05 (cinco) dias úteis antes de seu início, quando forem de 30 (trinta) dias ou mais; - 03 (três) dias úteis antes do seu início, quando forem de 10 ou 15 (quinze) dias. Parágrafo único — As férias individuais e/ou compensatórias dos Procuradores de Justiça, serão deferidas no período indicado pelo membro, desde que permaneçam no mínimo 3 (três) membros em cada Câmara Criminal junto ao TJ, nos meses de dezembro e janeiro, o que não se aplica em relação aos Procuradores de Justiça Cíveis, em decorrência do previsto no art. 4º desta Resolução, nem a Procuradoria Especializada Criminal. Nos meses de*



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

dezembro e janeiro terá preferência o(a) Procurador(a) que não tenha usufruído férias em nenhum num desses meses no ano anterior ou, em caso de conflito, o(a) mais antigo(a) na carreira". Na votação, foram vencidos os Procuradores de Justiça Marcelo Ferra de Carvalho, José de Medeiros, Gill Rosa Fechtner, Edmilson da Costa Pereira, Siger Tutiya, Mauro Viveiros, João Batista de Almeida, Benedito Xavier de Souza Corbelino, Luiz Eduardo Martins Jacob, o Presidente e o Procurador de Justiça Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior que apresentou proposta divergente para que, no período de férias, permaneça a distribuição equânime para todas as procuradorias. **ITEM III – GEDOC nº 004991-001/2018** – Projeto de Lei Complementar de autoria do Procurador-Geral de Justiça que acrescenta o §3º no art. 91 da Lei Complementar Estadual nº 416 de 22 de dezembro de 2010, nos seguintes termos: *"Sem prejuízo do disposto no §1º, a adaptação ao cargo também será aferida, durante o estágio probatório, por avaliações psiquiátricas e psicológicas realizadas por junta médica Oficial do Estado semestralmente, ou extraordinariamente por solicitação motivada do Procurador-Geral de Justiça, do Corregedor-Geral ou Colégio de Procuradores de Justiça, neste caso, mediante provocação de qualquer um dos seus membros, aprovada por maioria simples"*. Apresentados e discutidos os fundamentos, por maioria de votos, rejeitaram o envio da proposta, vencidos os Procuradores de Justiça Marcelo Ferra de Carvalho, Jorge da Costa Lana, Gill Rosa Fechtner, Naume Denise Nunes Rocha Müller, Edmilson da Costa Pereira, José Zuqueti, João Batista de Almeida, Benedito Xavier de Souza Corbelino, Luiz Eduardo Martins Jacob, Leonir Colombo e, o Presidente. Pela pertinência com o assunto do Item III, o Procurador de Justiça Mauro Viveiros sugeriu a retomada das discussões acerca da revisão geral da Lei Complementar nº 416/2010, cuja condução está ao encargo de Comissão do qual o mesmo é o coordenador. O Presidente acolheu a sugestão e convocou, para esta pauta específica, reunião extraordinária para o dia 09 de agosto próximo. **ITEM V – Assuntos Gerais** – A Procuradora de Justiça Kátia Maria Aguilera Rísoli questionou, novamente, o impedimento de acesso dos Procuradores de Justiça Criminais aos processos cadastrados, na origem, como sigilosos. O Presidente assumiu compromisso de adotar providências efetivas e necessárias para solucionar, definitivamente, a questão. Sem mais, conforme a pauta de ordem do dia.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

declarou-se encerrada a reunião as 11:00 horas, cujos termos são lavrados nesta Ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Presidente e, pelo Secretário do Colégio, acompanhada, de forma pormenorizada, da respectiva gravação em DVD.

Assinatura manuscrita em azul, caracterizada por movimentos circulares e fluidos, sobrepondo-se ao nome e cargo.

Hélio Fredolino Faust

Procurador-Geral de Justiça (em exercício de substituição)

Presidente CPJ

Assinatura manuscrita em azul, com traços longos e fluidos, incluindo uma longa horizontal que se estende para a direita, sobrepondo-se ao nome e cargo.

Edmilson da Costa Pereira

Procurador de Justiça - Secretário *ad hoc*